

ALBERTO LUÍS BION (CA. 1731-1788)
UM OURIVES FRANCÊS NA LISBOA SETECENTISTA
ALBERTO LUÍS BION (CA. 1731-1788)
A FRENCH SILVERSMITH IN LISBON IN THE EIGHTEENTH CENTURY

Rita Carlos*
IHA/FLUL – ARTIS, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

Resumo

A abertura à influência francesa em Portugal, assinalada desde a segunda década de Setecentos assumiu, a partir de então, um intenso diálogo no reinado de D. João V, estendendo-se este crescente gosto cosmopolita que a Casa Real detinha pela arte da prata parisiense também à nobreza. Esta tendência manteve-se na segunda metade do século XVIII na cidade de Lisboa, favorecida em grande medida pela ruptura propiciada pelo cataclisma de 1755, resultando numa nova vivência sociológica inspirada nos parâmetros da cultura francesa.

Na segunda metade da centúria, o fluxo de emigração tornava-se evidente e, vivia em Lisboa um número considerável de súbditos franceses, pertencentes às mais diversas profissões, como criados, cabeleireiros, relojoeiros, alfaiates e tecelões e ainda livreiros, gravadores, militares, mercadores, joalheiros e, ourives da prata. Neste domínio, destaque para a figura do prateiro Alberto Luís Bion, ourives de nacionalidade francesa, cuja aprendizagem nesse país certamente permite justificar determinadas características patentes em algumas das peças que terá executado em Lisboa.

Palavras-Chave: ourives da prata, Lisboa, rococó, século XVIII, Alberto Luís Bion

Abstract

The French influence in Portugal, felt since the second decade of the Eighteenth century, assumed a particular relevance in the reign of King John V. This growing cosmopolitan interest for the art of the Parisian silver extended from the Royal House to the nobility remained in the second half of the century in Lisbon, favored in large extent by the rupture caused by the cataclysm of 1755,

* ritacarlos@sapo.pt

resulting in a new sociological experience inspired by the parameters of French culture.

In the second half of the century the flow of emigration became evident, and a considerable number of french people lived in the city, belonging to the most diverse professions, such as servants, hairdressers, watchmakers, tailors and weavers, and booksellers, engravers, merchants, jewelers and silversmiths. In this field, Alberto Luís Bion, a silversmith of French nationality, stands out, whose learning in this country certainly justifies certain characteristics that are evident in some of the pieces he has executed in Lisbon.

Keywords: silversmith, Lisbon, silver, rococo, XVIII century, Albert Louis Bion

Nota introdutória

Lisboa consagrar-se-ia após o Terramoto de 1755, o principal centro produtor de ourivesaria da prata portuguesa, cujo ímpeto criador atravessou o reinado de D. José I e a administração do Marquês de Pombal, prolongando-se até às décadas de 80 e 90 de Setecentos. A segunda metade da centúria constituiu, para a ourivesaria da prata lisboeta, um período de mudança provocado não apenas pelas alterações estéticas sucedâneas ao gosto barroco joanino, mas também pela conjuntura social, económica e política, em parte decorrente da devastação do terramoto de 1755, cujos contextos concorreram para a elevação do ofício na cidade. Este acontecimento, que ditou a razia de um significativo número de exemplares argênteos revelou-se um factor determinante para a expansão de alguns centros produtores de prataria, nomeadamente aqueles que geograficamente se situavam mais próximos de Lisboa, e desencadeou, sobretudo, uma maior proliferação de indivíduos matriculados na Confraria de Santo Elói da capital portuguesa.

O fenómeno de proveniência geográfica dos ourives da prata assume uma significativa relevância no contexto da compreensão do ofício na cidade lisboeta. Chegados de diversos pontos do país, mas também do Brasil, Espanha, Holanda, França ou Inglaterra – ainda que em percentagem residual –, o apuramento das origens daqueles que afluíram a Lisboa para exercer a arte da prata esclarece o quanto esse ofício se deveria apresentar apelativo no período pós-terramoto, no qual a urgência na reposição de objectos argênteos facilmente se depreendia.

Ainda que a presença de indivíduos provenientes de locais onde outras agremiações desta classe existiam já se verificasse nas últimas décadas do século XVII, acentuando-se, contudo, no decurso dos primeiros anos de Setecentos, o crescente interesse pelo centro de fabrico de prataria de Lisboa, não alheio à circunstância de 1755, é ainda compreensível perante o estatuto conferido pela cidade a este ofício face a outras congêneres. Lisboa é observada como local de confluência, circulação de novas ideias, disseminação de informação e novas oportunidades, que justificavam a apetência de indivíduos chegados de diversos

pontos geográficos para aí exercer o ofício. De França, são naturais quatro ourives¹: Alberto Luís Bion, que em 1756 apresenta à corporação dos ourives de Lisboa o seu requerimento para confrade de Santo Elói, certificando “*ter aprendido o offº de ourives da prata com seu Pay na cidade de Paris*”²; João Baptista Marques, cuja aprendizagem decorreu também na mesma cidade, conforme justificação *de genere* apresentada pelo ourives em 1761³; Jacques Chevalier, também natural de Paris, e assente como confrade na Confraria de Santo Elói em 1769⁴; e ainda João Baptista Gamichon, referido já no final da centúria de Setecentos.

Alberto Luís Bion: percurso biográfico

Alberto Luís Bion, neto paterno de Nicolas Bion (1652-1733)⁵, engenheiro do rei Luís XV para os instrumentos matemáticos, era natural da freguesia de São Tiago, Paris, onde nasceu cerca de 1731⁶, sendo um dos quatro filhos⁷ do ourives da prata⁸ Alexandre Luís Bion⁹, com quem iniciou a aprendizagem do ofício em França¹⁰, em data ignorada, embora certamente anterior a 1740¹¹. Desconhecendo-se a data da sua chegada a Portugal, encontramos a referência ao ourives na Quaresma de 1754¹², como se constata no agregado familiar¹³ do francês Jean Louis Trihevy, com quem morava Alberto Luís Bion na Rua do Cabral, em “*frente do mar*”, na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa. A 4 de Novembro desse ano o ourives casava com Joana de Dindabur, igualmente de nacionalidade francesa, moradora na mesma freguesia de Santa Catarina, na Rua da Portuguesa, desde 1753¹⁴, com quem contraiu o matrimónio na referida freguesia¹⁵. Em 1755 o casal permanecia a habitar na Rua da Portuguesa, com “*frente para o mar*”, de acordo com o livro das *dezobrigações da Quaresma* desse ano, em cujo agregado figurava a criada Dionísia, e os três escravos, Joana, António e Manuel Alves¹⁶.

Um ano mais tarde, em 1756, sabemos que Alberto Luís Bion já estaria inscrito na confraria de Santo Elói, datando o seu assento de confrade de 4 de Setembro de 1756¹⁷, cujo registo decorreu dos pedidos e autos de justificação efectuados pelo ourives à respectiva corporação ao longo desse ano, nos quais requeria a sua admissão por confrade de Santo Elói, tendo mostrado “*ter aprendido o offº de ourives da prata com seu Pay na cidade de Paris*”¹⁸. Ressalve-se que a aceitação de oficiais oriundos de outros centros de produção argêntea, nos quais terão exercido a aprendizagem do ofício, nem sempre se revelou bem aceite por parte da corporação, sobretudo perante pedidos de admissão de indivíduos originários de outros países¹⁹. Com efeito, a referência a ourives que aprenderam fora de Lisboa e que nesta cidade requeriam exercer a profissão, assumiu contornos por vezes de difícil acesso por parte daqueles que pretendiam assumir o ofício numa cidade adversa àquela na qual haviam aprendido. Estas situações, que exigiam a realização de um requerimento e conseqüente processo entre o suplicante, a corporação e o próprio Senado da Câmara, geralmente verificadas a partir de meados da segunda centúria de Setecentos, deverá ter resultado da crescente procura

pelo exercício deste mester em Lisboa, embora o período no qual se verificou maior preponderância desta situação se viesse a confirmar mais tarde, no terceiro quartel do século XIX.

No caso concreto de Alberto Luís Bion, pese embora não ser mestre examinado no ofício, nem confrade de Santo Elói, constata-se que já exercia o ofício na Quaresma do referido ano de 1756, figurando uma descrição bastante pormenorizada do seu agregado familiar no livro dos róis de confessados da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda onde à data residia²⁰, e de cuja análise se depreende a dimensão da sua oficina de trabalho²¹. Morador no Forte de São João, juntamente com o ourives habitava a sua mulher, as duas escravas – Joana Maria e Antónia Maria –, os dois aprendizes Lúcio da Silva Abreu e Patrício José, Manuel Barbosa (“moço” ausente), José Barbosa (“moço”) e os oficiais – Ângelo

Apenas dois anos mais tarde, a 9 de Dezembro de 1758, Alberto Luís Bion recebia a aprovação da sua carta de exame pela confraria de Santo Elói, tendo como juízes examinadores Manuel Duarte Ferreira e Alexandre da Silva Barbosa, que o declararam apto “*e suficiente p^a mandarem pasar sua carta de exzaminação*”, a qual permitia ao ourives abrir a sua loja no respectivo arruamento, após o pagamento de 4\$800 réis²². Saliente-se, contudo, que em Junho desse ano, Alberto Luís Bion, já figurava como “*marchand orfevre français*” numa procuração realizada no Consulado de França em Portugal²³.

Morador na Junqueira, nas casas de D. José da Silva Pessanha, pertencia ao seu agregado, além da mulher, dos cinco escravos e das duas criadas, dois dos oficiais já referenciados em 1756 – António José e Ângelo dos Reis²⁴. Até finais da década de 60 de 1700, Alberto Luís Bion permaneceu com residência na Junqueira, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, exercendo o ofício na Rua Direita da Junqueira²⁵, no edifício n.º 243, propriedade de Cristóvão Carlos Pato Furtado, “*estribeiro de S. Eminência*”, na qual ocupava ambas as lojas e o respetivo andar, em 1765²⁶, efectuando o pagamento da renda de 64\$800 réis.

Na mesma freguesia da Junqueira, com palácio situado no *lugar de Belém*, residiu o duque de Aveiro até à sua condenação em Dezembro de 1758. O inventário do sequestro dos seus bens, em 18 de Dezembro de 1758, executado por ordem da Junta da Inconfidência, cujo intuito serviu não apenas para medir a grandeza da Casa de Aveiro – a quem pertencia um dos conjuntos de obras de prata mais importantes e sumptuosos no Portugal setecentista –, mas também a sua situação social e financeira, apresentam uma exaustiva descrição das peças pertencentes ao seu espólio, revelando a ligação de Alberto Luís Bion com o duque de Aveiro, enquanto “*ourives da Casa*”²⁷, ofício que terá exercido, possivelmente, até à prisão do titular²⁸ ocorrida no seu palácio de Azeitão. Credor do confiscado José de Mascarenhas, relativamente a dívida não incluída na relação da dita *Casa*, que se formou no Juízo da Inconfidência e pela qual se formalizou o rateio que se realizou no Erário Régio para pagamento dos mesmos credores, Alberto Luís Bion apresentava à Junta da Inconfidência o seu pedido para que fosse compreendido no 2.º rateio do antigo duque de Aveiro, em Dezembro de 1778²⁹ e novamente em Janeiro de 1779³⁰. Em causa estava o

pagamento de 31\$200 réis, que já em 26 de Junho de 1761 havia dado origem a um auto cível do ourives contra o desembargador e procurador fiscal Paulo de Almeida Seabra³¹. No documento é revelada a dívida de José de Mascarenhas a Alberto Luís Bion, a qual procedeu dos concertos que o ourives havia efectuado, nomeadamente num estojo de ouro “*e do ouro para o mesmo concerto (...) que tudo importou oito mil reis*”, mais “*huma guarnição de botoes de pedra de agatha que emportou catorze mil e quatrocentos*”, e ainda pelo “*concerto de hum castão de ouro*”. Observando o valor da dívida ao ourives – pouco relevante no conjunto dos credores e da própria dimensão da Casa de Aveiro –, poderemos indagar se a função de Alberto Luís Bion enquanto “*ourives da Casa*” apenas se terá circunscrito a concertos e arranjos das peças já existentes, sobretudo se atentarmos na relação da prata da dita *Casa*, inventariada em 1752³². Nesse inventário, realizado pelo mantieiro Joaquim José de Cáceres Lima a 30 de Outubro, revela-se a necessidade de se identificar, sempre que possível, a origem das peças, se nacionais ou estrangeiras, “*documentando assim os principais centros de produção internacionais de que as grandes casas senhoriais portuguesas se socorriam para a aquisição de obras*”³³. Do inventário, que consiste em 117 entradas correspondentes a 916 peças, salienta-se o facto de que cerca de metade dos objectos foram executados “*fora do Reyno*”, o que demonstra que terá sido nas oficinas estrangeiras que a Casa de Aveiro encontrou os seus principais fornecedores argênteos.

A 5 de Abril de 1759, em resposta ao pedido de admissão³⁴ de Alberto Luís Bion³⁵, a mesa da Misericórdia de Lisboa aceita a sua entrada na irmandade, atendendo a que o mesmo era “*perito no seu officio e não ser pobre*”³⁶. Com efeito, o facto de exercer o ofício em duas lojas³⁷, aliado número de oficiais e aprendizes que possuía, permite depreender que o estatuto de Alberto Luís Bion seria distinguível da grande maioria dos seus congêneres do ofício. Efectivamente, além das relações que manteve com França, devido à herança dos seus pais e dos seus três tios – Nicolas Bion, Charles Bion e Charles Pierre Bion³⁸ –, Alberto Luís Bion constituiu como seu procurador José António de Veneza³⁹, morador na ilha de São Miguel, conforme procuração de Maio de 1763⁴⁰, tendo efectuado duas outras procurações nesse mesmo ano, uma instituindo como procuradores a Danglede Irmãos e Companhia, homens de negócios, moradores em Cádiz⁴¹, e ainda D. João Daniel Dufau, morador na corte de Madrid⁴². Em 1765 o prateiro é referido numa nova procuração, na qual constitui como seu procurador João Pereira Delgado, morador na ilha de São Miguel, ao qual atribui poder para que em seu nome possa cobrar e haver todas as suas dívidas e tudo o mais que por q

De entre o rol de aprendizes de Alberto Luís Bion, destacam-se os nomes de Lúcio da Silva Abreu⁴³, ourives de obra vasta, sobretudo de cariz Neoclássico, a quem ensinou o ofício desde cerca de 1756 – data em que o aprendiz já habitava consigo⁴⁴ – até 1764⁴⁵, quando esse se regista como confrade de Santo Elói. Um dia após o assento de Lúcio da Silva Abreu, a 6 de Setembro⁴⁶, matriculava-se o aprendiz Patrício José da Silva, que tal como o anterior já habitava com o mestre em 1756. Contudo, outros nomes passaram pelo espaço oficial do ourives, tais como Manuel da Rocha Rego, a quem iniciou a aprendizagem a 26 de Abril de 1771⁴⁷; José Joaquim Jerónimo, iniciado no ofício em Março de 1775⁴⁸; Paulo José

de Carvalho, matriculado a 8 de Outubro de 1777⁴⁹; Manuel Pires Esteves⁵⁰, em Abril de 1783⁵¹ e António Esteves da Fonseca, que com 14 anos inicia a aprendizagem em Abril de 1785⁵². Além dos referidos aprendizes, Alberto Luís Bion foi ainda o mestre dos seus dois filhos: Alberto Luís Bion⁵³, nascido em Janeiro de 1759⁵⁴ e assente como confrade em 1774⁵⁵, e Luís Francisco Lucas Bion, registado na confraria de Santo Elói a 22 de Fevereiro de 1772⁵⁶.

Em 1770 Alberto Luís Bion já não exercia o ofício nas suas lojas na Junqueira, surgindo nesse mesmo ano a efectuar o pagamento do imposto da décima referente à loja de ourives que ocupava na propriedade n.º 7 da Rua Bela da Rainha, na freguesia de São Julião, cuja renda era de 24\$000⁵⁷. Assim como havia sucedido no seu anterior espaço oficial, o ourives habitava no 2.º andar do mesmo edifício⁵⁸. No final dessa década este prateiro realizou algumas obras para a Casa Real – em Outubro de 1776 assina um recibo pelo prato e guarnição da “*xicra para o quarto de S. Majestade*”⁵⁹ e em Janeiro de 1777, recebia de João António Pinto da Silva, *Guarda-Jóias de Sua Majestade*, o valor de 57\$610 réis, pela importância de uma escrivanhinha de prata para o infante D. João, a qual importou de feitio 16\$000 réis, de se abrirem as armas, 1\$600 réis, pela despesa com o chumbo do tinteiro, \$160 réis, totalizando o peso de 6 marcos, uma onça e seis oitavas e meia (39\$850 réis)⁶⁰.

Em 1785 Alberto Luís Bion ainda exercia o ofício na referida artéria da freguesia de São Julião, como se observa no registo de casamento do seu filho Alberto Luís Bion⁶¹. Viria a falecer a 31 de Janeiro de 1788⁶², sepultado na “*igreja nova*” da dita freguesia, sendo à data morador na mesma Rua Bela da Rainha. Um dia antes, a 30 de Janeiro, o ourives havia realizado o seu testamento, revelando-se gravemente enfermo “*de molestia*”⁶³, e nele aludia ao desejo de um funeral e enterro sem “*pompa ou grandeza*”. Instituiu como herdeiros universais os seus três filhos, Tomás Bion, Luís Lucas Bion e Alberto Luís Bion, não descurando os pobres e necessitados da cidade de Lisboa, distribuindo o seu legado igualmente pelos netos, pela escrava Joana Maria Isidora, a quem deixa 57\$000 réis por cada ano que for viva⁶⁴, mencionando ainda Manuel Inácio, oficial de ourives que à data da sua morte trabalhava consigo, e a quem lega uma moeda de ouro de 4\$800 réis, bem como aos dois aprendizes que tinha na loja⁶⁵, a quem estabelece um legado de 3\$200 réis a cada um, como gratificação, sinal do amor e fidelidade que sempre havia depositado neles. Este pormenor no seu testamento permite vincar a importância que por vezes assumia a ligação entre os mestres ourives e os respectivos aprendizes.

A 30 de Janeiro de 1789⁶⁶ procedia-se ao inventário orfanológico de Alberto Luís Bion⁶⁷, ficando por inventariante e “*cabeça de casal*”, o seu filho Luís Francisco Lucas Bion, o qual seria incumbido de realizar as partilhas com os seus irmãos. Salienta-se, além das ferramentas e materiais do ofício do falecido pai, e da avaliação dos objectos de ouro e prata⁶⁸, as dívidas pendentes ao casal, as quais indicam alguns dos clientes do ourives Alberto Luís Bion – Manuel Guedes Pereira, devedor por “*pessas de prata que comprou e dinheiro de emprestimo*”, no valor de 1:200\$000 réis⁶⁹; Boaventura José Alves e Francisco José Frazão por peças compradas sem vencimento, da quantia de 318\$930 réis; D. Jorge José

Coutinho, com uma dívida de 11\$820 réis, procedida de peças que prata que os pais do inventariando venderam “*feadas e não vencem juro*”; ou ainda a dívida do Doutor Nicolau da Costa Preto de Magalhães, no valor de 16\$000 réis, derivada da aquisição de objectos de prata.

A produção artística de Alberto Luís Bion

Das obras atribuíveis à execução de Alberto Luís Bion⁷⁰, todas elas inscritas cronológica e artisticamente no Rococó⁷¹, merece especial atenção um galheteiro (fig. 1), no qual se manifesta a relevância das suas influências francesas, encontrando semelhanças, por exemplo, com um galheteiro realizado por Jean Baptiste François Chéret⁷², datado de 1768. Note-se que a gravura de ornamentos exerceu um expressivo e significativo papel no período Rococó, abrindo caminho em direção a um novo movimento plástico, que a utilização de motivos como o concheado veio permitir e expandir consideravelmente no século XVIII, por via da influência francesa, em cujo país terá tido as suas origens⁷³.



Fig. 1. Galheteiro em prata. Marca de ourives atribuível a Alberto Luís Bion (L-121.0a), marca de ensaiador L-29.0, atribuível a Luís Gonzaga da Costa (1755-ca. 1790).

(Imagem extraída de Cabral Moncada, Março 2007, 86.º leilão, lote 178)

Subsistem poucos exemplares de galheteiros com marca de fabrico de Lisboa no período em análise. Da produção argêntea do Porto e de Braga há conhecimento de mais alguns exemplares, embora já influenciados por modelos ingleses⁷⁴, podendo deprender, face aos poucos sobreviventes com marca de ensaiador de Lisboa, que esse modelo inglês não terá tido o mesmo apreço nesta cidade, ao contrário dos protótipos franceses, patentes no exemplar em análise.



Fig. 2 e 3. Bule e açucareiro em prata. Marca de ourives atribuível a Alberto Luís Bion (L-121.0a), marca de ensaiador L-28.0/29.0. (Imagem extraída de MONCADA, Miguel Cabral de, dir. – Anuário de Antiguidades (1998). Lisboa: Edições Inapa, 1999, p. 91)

Do rol de peças elencadas de Alberto Luís Bion, destaque para um bule e açucareiro (figs. 2 e 3), típicos de um Rococó mais contido em termos de gramática decorativa, com pés em forma de bolacha – pormenor que indicia, uma vez mais, a influência da sua aprendizagem em Paris, aludindo à rigidez da estrutura e pendor clacissizante comum aos ourives franceses – e formato em forma de pês invertida. A predileção pelo tratamento despojado dos elementos ornamentais, característica comum às obras que realizou no domínio civil, é ainda manifesto num conjunto de gomil e bacia (fig. 4). O gomil assenta nos recorrentes modelos caracterizados pelas bases campanulares de perfil polilobado e ornamentadas em faixas estriadas e ondulantes, revelando-se uma característica comum a todos os gomil do período na cidade de Lisboa, alternando, contudo, na profundidade das superfícies côncavas e convexas, e mantendo-se até ao advento do Neoclássico.



Fig. 4. Gomil e bacia em prata. Marca de ourives atribuível a Alberto Luís Bion (L-121.0a), marca de ensaiador L-28.0, atribuível a Luís Gonzaga da Costa (1755-ca. 1790).

(imagem extraída de: Palácio do Correio Velho, Maio 2008, 115.º leilão, lote 150)

O tratamento despojado da ornamentação das superfícies dos objectos é ainda patente noutras obras atribuídas a Alberto Luís Bion, nomeadamente numa pequena e invulgar – no panorama argênteo nacional – leiteira (fig. 5), de cuja observação se depreendem as raízes de influência que nortearam a produção deste artífice. O mesmo se poderá constatar numa salva da coleção do Museu Nacional Soares dos Reis⁷⁵, ainda que neste caso sob a influência das salvas inglesas iniciais, nomeadamente com as típicas orlas designadas de “*pie crust*” ou “*bath pattern*”⁷⁶, com centros lisos assentes sobre quatro pés, comuns em Inglaterra entre 1720 e 1730.



Fig. 5. Leiteira em prata. Marca de ourives atribuível a Alberto Luís Bion (L-121.0a), marca de ensaiador L-29.0 atribuível a Luís Gonzaga da Costa (1755-ca. 1790).

(Imagem extraída de Cabral Moncada, Setembro 2009, 109º, lote 202)



Fig. 6. Caldeirinha e hissope em prata. Marca de ourives atribuível a Alberto Luís Bion (L-121.0), marca de ensaiador L-28.0, atribuível a Luís Gonzaga da Costa (1755-ca. 1790). Pertencente ao Patriarcado de Lisboa.
(Fotografia de Rita Carlos)

No domínio da prataria sacra, salienta-se uma caldeirinha (fig. 6) imbuída de uma gramática ornamental mais adequada à tradição nacional do Rococó, à base de típicas cartelas formadas por volutas e concheados distendidos, embora anunciando uma certa apetência pela matriz neoclássica, patente nos perlados da asa e nos óvulos da cercadura que sucede o bojo da peça. Menos comuns na produção lisboeta, se atendermos às peças elencadas, os modelos desta tipologia revelam alguma repetição nos exemplares identificados, apresentando um esquema de vaso de perfil campaniforme de grande harmonia proporcional e ornamental. Este mesmo perfil estilístico rococó manifesta-se numa outra peça de cariz sacro, uma píxide de prata dourada (fig. 7), caracterizada pela nova variante introduzida na segunda centúria de Setecentos, em cuja tipologia, partindo dos modelos estruturais tardo-Barrocos, se assomou a aplicação de uma decoração mais simples e graciosa, recorrendo a um formulário mais dinâmico

assente em volutas e enrolamentos, distanciando-se, de certo modo, da exigência real das alfaias religiosas se pautarem por modelos padronizados oficialmente aprovados segundo os ditames da Igreja.



Fig. 7. Píxide em prata. Marca de ourives atribuível a Alberto Luís Bion (L-114), marca de ensaiador L-28.0 atribuível a Luís Gonzaga da Costa (1755-ca. 1790). Pertencente ao Patriarcado de Lisboa.
(Fotografia de Rita Carlos)

Concluindo, os elementos que apresentámos sobre o ourives Alberto Luís Bio, a sua vida e obra, permitiram-nos aferir e abordar algumas questões em torno da ourivesaria da prata em Lisboa no terceiro quartel do século XVIII, mas também o necessário reconhecimento deste artífice, da sua obra e do seu alcance, partindo do seu respectivo enquadramento corporativo na Confraria de Santo Elói, identificando o ofício e os espaços oficinais, sem contudo descurar a importância de uma análise centrada a um nível mais sociológico. Dentro do possível, é esta leitura que nos permite identificar e contextualizar as obras, formulários e a abrangência das produções argêntas e o próprio impacto que tiveram no seu contexto cronológico e no território nacional.

NOTAS

¹ Atente-se que estes números, ainda que pouco significativos perante outros locais de proveniência no território nacional, deverão analisar-se à luz da abertura da corte à predominância da cultura francesa, facto que conduziu a um crescente fluxo de emigração, particularmente evidente a partir de 1763. Entre os ofícios relacionados com o meio artístico, Jean-François Labourdette, recenseou em Lisboa, entre outros, 4 gravadores, assim como mercadores de estampas, além de 13 ourives, 8 joalheiros e 4 lapidários. Jean-François Labourdette gentilmente cedeu os nomes de Olivier Cor, “graveur orfèvre”, originário de Saint-Malo, referido em Lisboa em 1744; Ambroise Thomas Curraud; Louis Bouthilier de Beaumont; Jean-Baptiste Dujardin, “maître diamantaire”, referido entre 1766 e 1783; Louis Le Fèvre; Joseph Monié; Jean Baptiste Mosnier; François Elvain, lapidário, referido em Lisboa entre 1759 et 1774; François Agard, ourives da prata, referido em 1745, natural de Montpellier, além de Alberto Luís Bion. Vd. LABOURDETTE, Jean-François, *La Nation française à Lisbonne de 1669 à 1790: entre Colbertisme et Libéralisme*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1988, pp. 41-43.

² Vd. Associação dos Ourives da Prata Lisbonenses (A.O.P.L.), *Inventário do Cartório*, L.º 201-B, f. 152.

³ Vd. A.O.P.L., *Inventário do Cartório*, L.º 201-B, f. 37v.

⁴ Vd. A.O.P.L., *Assentos de Confrades*, L.º 198, f. 45v.

⁵ Vd. LABOURDETTE, Jean-François, *La Nation française à Lisbonne de 1669 à 1790: entre Colbertisme et Libéralisme*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1988, p. 465.

⁶ O seu assento de baptismo não foi passível de ser encontrado, dado que os registos paroquiais parisienses do Antigo Regime, anteriores a 1789, foram queimados nos incêndios de 1871, permanecendo deste modo, pouco mais que uma paróquia, a de Santo Eustáquio. Restam, contudo, as reconstituições conduzidas por diversos genealogistas ao longo dos últimos anos, que permitiram, nomeadamente, localizar o nascimento de uma das irmãs do ourives, Catherine Claudine, a 9 de Julho de 1737, na freguesia de Saint-Jacques (informação gentilmente cedida por Hervé Chancerel). No entanto, no documento tutelar redigido após a morte do seu pai Alexandre Luís Bion, em 1740, é descrita a idade dos seus quatro filhos menores, apresentando à data Alberto Luís Bion com 9 anos de idade, o que permite situar cronologicamente o seu nascimento cerca de 1731 – (vd. Centre Historique des Archives Nationales, Paris, AN Y4575A, [<http://www.geneanet.org/archives/registres/view/6023/41>]).

⁷ Do casamento de Alexandre Luís Bion com a sua mulher, Maria Geneveva Mocquet, – viúva, em 1724 do mercador François Regnault (vd. Centre Historique des Archives Nationales, Paris, AN Y5272, [<http://www.geneanet.org/archives/registres/view/113/206>]) –, nasceriam quatro filhos, a saber: Alexandrine Geneviève, Anne Claude, Catherine Claudine e, Albert Louis Bion (vd. Centre Historique des Archives Nationales, Paris, AN Y4575A, [<http://www.geneanet.org/archives/registres/view/6023/41>]).

⁸ Vd. NOCQ, Henri, *Le poïçon de Paris: répertoire des maîtres-orfèvres de la juridiction de Paris depuis de Moyen âge jusqu'à la fin du XVIIIe siècle*, Paris, Laget, 1968. Embora seja geralmente indicado como ourives da prata, Alexandre Louis Bion é também referenciado como “marchand orfèvre joaillier” (vd. Centre Historique des Archives Nationales, Paris, AN Y4575A, [<http://www.geneanet.org/archives/registres/view/6023/41>]).

⁹ Baptizado em Saint-Barthélemy, Paris, a 28 de Novembro de 1695 – informação gentilmente cedida por Hervé Chancerel (Archives Généalogiques Andriveau, Paris).

¹⁰ Vd. A.O.P.L., *Assentos de Confrades*, L.º 198, f. 2.

¹¹ A justificação de uma data anterior a 1740 prende-se com o facto de o seu pai ter falecido nesse mesmo ano, alguns dias ou semanas antes de 15 de Maio, de acordo com acto de tutela redigido nessa data, documento no qual seriam designados os tutores dos seus quatro filhos (vd. Centre Historique des Archives Nationales, Paris, AN Y4575A, [<http://www.geneanet.org/archives/registres/view/6023/41>]), pormenor comprovado num outro documento notarial posterior, datado de 24 de Maio de 1740.

¹² Vd. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (A.H.P.L.), *Róis de confessados*, freguesia de Santa Catarina, 1754, f. 9v.

¹³ Além de Alberto Luís Bion, o agregado de Jean Louis incluía ainda o criado francês, Jacinto Bailhon.

¹⁴ Nos róis de confessados do ano de 1753, Joana de Dindabur, natural de Beyra, Navarra (vd. Arquivo Nacional Torre do Tombo [A.N.T.T.], *Registo Geral de Testamentos*, Maço 326, f. 4), morava com a sua mãe, Maria Dindabur, e três escravas, Joana Maria, Antónia e Rita – vd. A.H.P.L., *Róis de confessados*, freguesia de Santa Catarina, 1753, f. 28v.

¹⁵ Vd. A.N.T.T., *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santa Catarina (Lisboa), L.º 14-C., f. 71.

¹⁶ Vd. A.H.P.L., *Róis de confessados*, freguesia de Santa Catarina, 1755, f. 32v.

¹⁷ Vd. A.O.P.L., *Assentos de Confrades*, L.º 198, f. 2.

¹⁸ Vd. A.O.P.L., *Inventário do Cartório*, L.º 201-B, f. 152.

¹⁹ Esta tendência negativa manifestou-se em vários dos requerimentos apresentados, havendo os mesmos que transitar até ao Senado e Juiz do Povo.

²⁰ Vd. Gabinete de Estudos Olisiponenses (G.E.O.), *Rol dos Assentos das desobrigas da Quaresma do anno de 1756*, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, f. 36.

²¹ Importa referir que Alberto Luís Bion não possuía carta de exame passada pela confraria de Santo Elói, e o facto de ter consigo dois aprendizes e quatro oficiais de ourives, não era permitido nas determinações do compromisso do ofício dos ourives da prata.

²² Vd. A.O.P.L., *Cartas de Exame*, L.º 200-A, f. 7.

²³ Documento gentilmente facultado pelo Arquivo Diplomático de Nantes (371PO/A122), referente ao inventário dos bens do seu tio Charles Pierre Bion, “*bourgeois de la ville de Paris*”.

²⁴ Vd. Biblioteca da Ajuda (B.A.), *Róis de Confessados*, paróquia da Ajuda, 1758, f. 38v.

²⁵ Vd. A.T.C., *Décima da Cidade*, Livro do arruamento da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (1765), f. 86.

²⁶ Nesta data o registo da décima da cidade refere que o ourives tinha nas lojas dois oficiais: António José e José Carvalho.

²⁷ Vd. GUERRA, Luís Bivar, *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*, Lisboa, Arquivo Tribunal de Contas, 1952.

²⁸ D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, 8º duque de Aveiro, 5º marquês de Gouveia, 8º conde de Santa Cruz (1708-1759).

²⁹ Vd. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (A.H.T.C.), *Junta da Inconfidência*, Casa de Aveiro, Maço 88, doc. 19, n.º 291.

³⁰ Vd. A.H.T.C., *Junta da Inconfidência*, Casa de Aveiro, Maço 88, doc. 19, n.º 291.

³¹ Vd. A.H.T.C., *Junta da Inconfidência*, Casa de Aveiro, Maço 88, doc. 19, n.º 291.

³² Vd. B.A., doc 54-VIII-53 (209), *Relação da Pratta do Serviço da Caza e Mantearia do Ill. E Exmo. Sr. Marquez Mordomo mor D. José Mascarenhas e Lencastre meo Senhor e do estado e Caza de Aveyro de que se acha entregue Joaquim José Lima Mantieiro do mesmo Snr.*

³³ Vd. SILVA, Nuno Vassallo, “Encomenda, uso e coleccionismo de ourivesaria no século XVIII: a Mantearia da Casa de Aveiro em 1752”, *Revista de História da Arte: Arquitectura, Urbanismo e Artes Decorativas (séculos XVII e XVIII)*, n.º 9, Lisboa, Instituto de História da Arte, 2012, p. 69.

³⁴ Vd. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (A.H.S.C.M.L.), *Requerimentos para admissão de Irmãos*, 1759, Cx. 1, cap. 03, n.º 17.

³⁵ Alberto Luís Bion era ainda irmão da irmandade do Senhor dos Passos da Graça, à qual pertenceram inúmeros ourives da prata desde o século XVII. Foi admitido a 2 de Março de 1757. Vd. SALES, Ernesto, *Nosso Senhor*

dos Passos da Graça de Lisboa: estudo histórico da sua Irmandade com o título de Santa Cruz e Passos, Lisboa, Edição do Autor, 1925, p. 245 (Lv. 5º de Entrada de Irmãos, f. 126v.).

³⁶ Vd. A.H.S.C.M.L., *Requerimentos para admissão de Irmãos*, 1759, Cx. 1, cap. 03, n.º 17.

³⁷ Não sendo usual os ourives possuírem duas lojas, outros dois exemplos semelhantes se encontraram no fundo da Décima da Cidade – é o caso do ourives Luís António de Barros, com duas lojas na Rua Direita dos Anjos, onde ocupa as duas lojas de uma propriedade (vd. A.T.C., *Décima da Cidade*, Livro do arruamento da freguesia dos Anjos (1767), f. 152v.), e ainda João de Seabra Esteves, um exemplo ainda mais curioso, uma vez que em 1770 possuía duas lojas, em locais distintos: uma na Rua Bela da Rainha, freguesia de São Nicolau (vd. Arquivo do Tribunal de Contas [A.T.C.], *Décima da Cidade*, Livro de arruamento da freguesia de São Nicolau (1770), f. 49.), e uma segunda na Rua Direita dos Anjos (vd. A.T.C., *Décima da Cidade*, Livro de arruamento da freguesia dos Anjos (1770), f. 220v.), na mesma freguesia onde morava, com a mulher, os filhos e um aprendiz – Tomas Quaresma (vd. A.H.P.L., *Rol de Confessados*, Paróquia Anjos, 1771.).

³⁸ Procuração efectuada pelo ourives no consulado de França, em 26 de Novembro de 1765. Documento gentilmente facultado pelo Arquivo Diplomático de Nantes (37 IPO/A123).

³⁹ A avaliação da herança do capitão José António Veneza vem referenciada em: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “Riquezas insulares: pratas e jóias das elites de Ponta Delgada (1775-1815)”. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (coord.), *Artes Decorativas nos Açores: subsídios para o seu estudo nas ilhas de São Miguel e Terceira*, Porto, CITAR, 2015, p. 155.

⁴⁰ Vd. A.N.T.T., *Cartórios Notariais* (Lisboa), 11º Cartório, ofício A, Cx. 5, L.º 26 (livros de notas), f. 26.

⁴¹ Vd. A.N.T.T., *Cartórios Notariais* (Lisboa), 11º Cartório, ofício A, Cx. 5, L.º 26 (livros de notas), f. 26v.

⁴² Vd. A.N.T.T., *Cartórios Notariais* (Lisboa), 11º Cartório, ofício A, Cx. 5, L.º 26 (livros de notas), f. 26v.

⁴³ Ourives a quem é atribuída a marca L-480.0. Vd. ALMEIDA, Fernando Moitinho de; CARLOS, Rita, *Inventário de marcas de pratas portuguesas e brasileiras: século XV a 1887*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018.

⁴⁴ Vd. G.E.O., *Rol dos Assentos das desobrigas da Quaresma do anno de 1756*, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, f. 36.

⁴⁵ Vd. A.O.P.L., *Assentos de Confrades*, L.º 198, f. 33.

⁴⁶ Vd. A.O.P.L., *Assentos de Confrades*, L.º 198, f. 66.

⁴⁷ Matriculado na confraria de Santo Elói em 6 de Outubro de 1773 – vd. A.O.P.L., *Matrícula de Aprendizes*, L.º 198-A, f. 20v.

⁴⁸ Vd. A.O.P.L., *Matrícula de Aprendizes*, L.º 198-A, f. 36.

⁴⁹ Vd. A.O.P.L., *Matrícula de Aprendizes*, L.º 198-A, f. 55.

⁵⁰ Ourives a quem é atribuída a marca L-526.0. Vd. ALMEIDA, Fernando Moitinho de; CARLOS, Rita, *Inventário de marcas de pratas portuguesas e brasileiras: século XV a 1887*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018.

⁵¹ Vd. A.O.P.L., *Matrícula de Aprendizes*, L.º 198-A, f. 87v.

⁵² Vd. A.O.P.L., *Matrícula de Aprendizes*, L.º 198-A, f. 85v.

⁵³ Ourives a quem é atribuída a marca L-120.0. Vd. ALMEIDA, Fernando Moitinho de; CARLOS, Rita, *Inventário de marcas de pratas portuguesas e brasileiras: século XV a 1887*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018.

⁵⁴ Vd. A.N.T.T., *Registos Paroquiais*, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (Lisboa), L.º 8-B., f. 225.

⁵⁵ Vd. A.O.P.L., *Assentos de Confrades*, L.º 198, f. 57v.

⁵⁶ Vd. A.O.P.L., *Assentos de Confrades*, L.º 198, f. 50.

⁵⁷ Vd. A.T.C., *Décima da Cidade*, Livro do arruamento da freguesia de São Julião (1770), f. 93v.

⁵⁸ Nesse ano e nessa mesma propriedade, outros são mencionados com lojas do ofício arrendadas: 1.ª alugada a João Manuel (24\$000 réis); a 2.ª a Francisco Carlos Xavier (46\$000 réis), que aluga para morar “*hum quarto de aguas furtadas*”; a 3.ª a Luís Alves Palma (24\$000 réis), morador no 3.º andar (46\$000 réis); uma 4.ª a Joaquim Inácio de Macedo (24\$000 réis); sendo a última loja e o 2.º andar arrendados por Alberto Luís Bion (76\$000 réis) – vd. A.T.C., *Décima da Cidade*, Livro do arruamento da freguesia de São Julião (1770), f. 93v.

⁵⁹ Vd. ESTEVENS, Manuel Santos, *Subsídios para a História da Ourivesaria Portuguesa. 1ª parte. Documentos, Documentação do Arquivo da Casa Real (1756-1832)*, vol. I, Lisboa: MNAA, 1944, p. 68 (texto policopiado).

⁶⁰ Vd. ESTEVENS, Manuel Santos, *Subsídios para a História da Ourivesaria Portuguesa. 1ª parte. Documentos, Documentação do Arquivo da Casa Real (1756-1832)*, vol. I, Lisboa, MNAA, 1944, p. 69 (texto policopiado).

⁶¹ Vd. A.N.T.T., *Registos Paroquiais*, Freguesia de São Julião (Lisboa), L.º 3-C., f. 156.

⁶² Vd. A.N.T.T., *Registos Paroquiais*, Freguesia de São Julião (Lisboa), L.º 1-O., f. 143v .

⁶³ Vd. A.N.T.T., *Registo Geral de Testamentos*, L.º 359, f. 3v. Foram suas testemunhas os ourives Plácido António Duarte, António Nunes de Sousa, Lúcio da Silva Abreu e José Severino Antunes.

⁶⁴ Vd. A.N.T.T., *Registo Geral de Testamentos*, L.º 359, f. 5.

⁶⁵ Tudo indica que seriam os aprendizes Manuel Pires Esteves e António Esteves da Fonseca, matriculados, respectivamente, em 1783 e 1785.

⁶⁶ Vd. A.N.T.T., *Feitos Findos*, Inventários post-mortem, Letra A, mç. 335, doc. 6.

⁶⁷ Apesar da morte do ourives se ter verificado cerca de um ano antes, o facto de a sua mulher continuar viva por mais alguns meses, a 5 de Agosto de 1788 – embora “*gravemente doente*” –, conduziu a que apenas após a morte desta, em Agosto de 1788, se tenha procedido à partilha entre Luís Francisco Lucas Bion e os seus dois irmãos, Alberto Luís Bion e o Padre Tomás Luís Bion.

⁶⁸ O contraste João de Sousa Jorge pesou e avaliou as seguintes peças: 23 botões de colete lavrados; 69 botões de cova; 3 fivelas de sapato “*desirmanadas*”; um prato com moldura vazada e recortada com quatro pés e duas peças no centro transfuradas que servem para galhetas e mais dois canudos para sobrepor o dito prato; um par de fivelas de ligas antigas, com charneiras e botões de prata – um quadrado com pedras fingidas e um só fivela de calções –; um par de botões de fivelas de liga; um espadim “*por acabar*”; uma brasadeira; 2 castões lisos; 2 agulhetas; 7 bocados de chapa de solda; uma barra de prata; 3 bocados de cadeia de prata; um cálice de prata torneado com copo dourado por dentro e patena pela frente; três salvas de prata com moldura levantada guarnecida de granitos e folhagens com três pés; outra salva com moldura vazada guarnecida de filetes retorcidos, com três pés baixos lavrados e transfurados; 6 colheres e seis garfos com os cabos guarnecidos de filetes formados com a ponta do buril; mais 12 cabos “*irmãos*”, com ferros da moda; 2 colheres lisas; uma faca com cabo boliado guarnecido com filetes; 12 colheres e uma escumadeira que servem para chá, com cabos de filetes e folhagens e uma tanaz em forma de molas transfurada que serve para o açúcar; 12 colherinhas e uma escumadeira para o chá; 9 coroas em prata de diferentes tamanhos; 2 caixas para breves; 9 verónicas; 41 pares de fivelas de prata para sapatos; 13 pares de fivelas para ligas e uma espada para militar com guarnição de prata – vd. A.N.T.T., *Feitos Findos*, Inventários post-mortem, Letra A, mç. 336, doc. 9, apenso.

⁶⁹ Vd. A.N.T.T., *Feitos Findos*, Inventários post-mortem, Letra A, mç. 335, doc. 6, f. 118.

⁷⁰ A Alberto Luís Bion são atribuídas as marcas L-121.0 e L-121.0a – vd. ALMEIDA, Fernando Moitinho de; CARLOS, Rita, *Inventário de marcas de pratas portuguesas e brasileiras: século XV a 1887*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018.

⁷¹ Com efeito, saliente-se que apenas são conhecidas obras com a marca de ensaiador L-28.0 e L-29.0.

⁷² Vd. MABILLE, Gérard, *Orfèvrerie française des XVI, XVII, XVIII siècles: Musée des Arts Décoratifs*, Paris, Flammarion, 1984, p. 49, fig. 64.

⁷³ Vd. GRUBER, Alain, *L'argenterie de maison du XVI au XIX siècle*, Friburgo, Office du Livre, 1982, p. 185.

⁷⁴ Do Porto, saliente-se o exemplar publicado em: SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *Pratas portuguesas em colecções particulares: séc. XV ao séc. XX*, Porto, Livraria Civilização, 1998, p. 98. Com marca de Braga, atente-se no modelo de base trilobada publicado em SANTOS, Reynaldo dos; QUILHÓ, Irene, *Ourivesaria Portuguesa nas colecções particulares*, 2ª ed., Lisboa, Ed. dos Autores, 1974, p. 153.

⁷⁵ A aba da salva atribuída a Alberto Luís Bion, pertencente ao Museu Nacional Soares dos Reis (n.º inv. 147), assemelha-se às designadas orlas inglesas “*bath rim*”. Marca de ourives L-121.0, marca de ensaiador L-28.0.

⁷⁶ Designação que descreve o contorno circular com borda ondulante das salvas, por volta de 1728, em Inglaterra: GRIMWADE, Arthur, *Rococo Silver (1727-1765)*, Londres, Faber and Faber, 1974, p. 37. Era formado por séries de duas longas volutas que se uniam num determinado ponto, separadas por uma linha recta.

Em meados dos anos 30 da centúria a secção recta desaparecia, dando lugar a uma variedade de volutas invertidas – vd. NEWMAN, Harold, *An Illustrated Dictionary of Silverware*, Londres, Thames and Hudson, 1987, p. 273.

Fecha de recepción: 18 de octubre de 2018

Fecha de revisión: 11 de diciembre de 2018

Fecha de aceptación: 20 de diciembre de 2018